



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 14 de fevereiro de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO Acordo vai pressionar negociação entre Mercosul e União Europeia 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	1
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Empresas instaladas nas ZPEs estão livres de licenciamentos 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	2
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Senadores bloqueiam projeto que estimula ZPEs..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	3
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Senadores entram com recurso e bloqueiam ZPEs..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
FOLHA DE SÃO PAULO Apple recorre de decisão sobre nome 'iPhone' no Brasil 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
FOLHA DE SÃO PAULO Brasil reforça cerco a produto importado..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
FOLHA DE SÃO PAULO Balança já acumula saldo negativo de US\$ 4,7 bi no ano 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
VALOR ECONÔMICO Sindicalistas e arrendatários de portos públicos convergem contra MP 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	10
O GLOBO Em petição, Apple quer tirar marca iPhone da Gradiente 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	12
CORREIO BRAZILIENSE Insegurança jurídica no ICMS de importados 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	13
AGÊNCIA ESTADO Dispensada de licenciamento importação de empresa de ZPE 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	15
FOLHA.COM Novas medidas trazem 'risco protecionista', dizem analistas 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	16
INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO STF admite FIEAM na ação contra Zona Franca 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	17

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Acordo vai pressionar negociação entre <u>Mercosul</u> e União Europeia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Acordo vai pressionar negociação entre Mercosul e União Europeia. O Brasil está sob pressão para concluir as negociações entre Mercosul e União Europeia, que já duram mais de uma década. Esse deve ser um dos principais efeitos no País do anúncio da intenção de Estados Unidos e Europa de negociarem uma área de livre comércio.

Segundo uma fonte do governo brasileiro, um acordo com os europeus seria a única maneira de o Brasil tentar influenciar na decisão de padrões globais para segurança de alimentos, medicamentos e outros produtos, caso avance a parceira transatlântica entre EUA e UE. "Os europeus não poderiam acertar nada com os americanos sem nos consultar também", disse um experiente negociador.

Hoje padrões técnicos e outras regras de governança global são decididos em órgãos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou a Organização de Agricultura e Alimentação (FAO). Com um acordo

transatlântico, os padrões estabelecidos por americanos e europeus podem ser impostos ao resto do mundo.

Também preocupa o Brasil que os Estados Unidos, importante produtor de carne bovina e de frango, consiga um melhor acesso ao mercado europeu.

Recentemente, Mercosul e UE decidiram retomar as negociações e trocar ofertas de abertura de mercado no último trimestre deste ano. O Ministério do Desenvolvimento fez uma consulta a indústria brasileira, que está "um pouco menos reticente" a um acordo. A maior dificuldade, porém, é convencer a Argentina a aceitar qualquer liberalização de comércio.

	VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS		EDITORIA
	TÍTULO Empresas instaladas nas ZPEs estão livres de licenciamentos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA - **Importações** de empresa autorizada a operar em Zonas de Processamento de **Exportação** (ZPE) estão dispensadas de licenciamento e os **importadores** devem somente providenciar o registro da Declaração de **Importação** (DI) no Siscomex. Não estão isentas do procedimento, no entanto, as companhias com exigência de licenciamento em virtude de controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente.

A decisão consta da Portaria Nº 4 da Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex), do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), publicada ontem no Diário Oficial da União.

Entre outros pontos, a Secex determina que essas **importações** deverão ser registradas no módulo de Licenciamento de **Importação** do Siscomex antes do início do despacho aduaneiro. A portaria de ontem altera artigos da

portaria 23, de 14 de julho de 2011. Outro ponto modificado diz respeito à **importação** de **mercadorias** usadas.

Renovação das leis de ZPE

Em janeiro, o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** exterior, Fernando **PIM**entel, informou que o governo deve renovar as leis da Zona de Processamento de **Exportações** (ZPE) ainda neste primeiro semestre. "Estamos só nos diagnósticos. Temos quase 30 ZPEs e nenhuma conseguiu entrar em funcionamento. Ao longo deste semestre, vamos encontrar os instrumentos mais adequados", disse o ministro.

O ministro afirmou que 80% de obrigatoriedade de **exportações** podem ser revisto.



VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA	
TÍTULO Senadores bloqueiam projeto que estimula ZPEs		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA

Senadores de São Paulo, Rio e **Amazonas**, mais o ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro (PTB-PE), colocaram mais um obstáculo na longa tramitação da regulamentação das Zonas de Processamento de **Exportações**. Eles ingressaram com recurso para submeter ao plenário do Senado o projeto de aumento

de 20% para 40% da **produção** das ZPEs para o **mercado** interno. **Importações** de empresa autorizada a operar nessas áreas estão dispensadas de licenciamento, necessitando apenas do registro da Declaração de **Importação** (DI) no Siscomex.

	VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA
	TÍTULO Senadores entram com recurso e bloqueiam ZPEs	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A principal queixa é que proposta amplia de 20% para 40% a parcela da **produção** destinada ao **mercado** interno; após três décadas, nenhuma das Zonas saiu do papel

BRASÍLIA

Abnor Gondim

Senadores de São Paulo, Rio de Janeiro e **Amazonas** mais o ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Armando Monteiro (PTB-PE), colocaram mais um capítulo da longa tramitação da regulamentação das Zonas de Processamento de **Exportações** (ZPEs).

Na semana passada, eles ingressaram com recurso para submeter ao plenário do Senado, antes de ir à Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 764/2011, que aumenta de 20% para 40% a **produção** das ZPEs destinadas ao **mercado** interno e inclui serviços, a exemplo da **produção** de programas de computador e comunicação, entre as atividades permitidas.

Atualmente, há no País 24 ZPEs aprovadas, mas nenhuma delas saiu do papel depois de três décadas de marchas e contramarchas no **Governo Federal** e no Congresso Nacional. Os defensores das mudanças afirmam que os opositores "serão tratorados" em plenário, porque contam com o apoio dos senadores dos demais estados.

As ZPEs são áreas de livre-**comércio** nas quais as indústrias destinam a maior parte de sua **produção** para o **mercado** externo, com benefícios como isenção de tributos e liberdade cambial - ou seja, essas empresas não têm de converter em reais o produto de suas **exportações**.

Como foi aprovado em forma de decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em dezembro passado, o projeto não iria ao plenário do Senado. Apresentada pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), a proposta muda o modelo em vigor, que destina 80% da **produção** das ZPEs à **exportação**.

A matéria passou inicialmente pela Comissão de **Desenvolvimento Regional** e Turismo (CDR), com parecer favorável. Em seguida, na CAE, em decisão que deveria ter encerrado a tramitação no Senado, foi acolhido o substitutivo

proposto pelo relator, Jorge Viana (PT-AC), com aperfeiçoamentos ao texto original.

Estímulos aos **exportadores**

Responsável pela leitura do recurso plenário, o novo líder do PSDB no Senado, o senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), demonstrou que, mesmo com o pagamento de tributos sobre a parcela da **produção** direcionada ao **mercado** interno, o projeto causa apreensão aos estados mais industrializados, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. A preocupação se estende ainda ao **Amazonas**, por conta de temidos impactos sobre a **Zona Franca de Manaus**.

Na justificação do recurso, os autores alegam que os impactos das novas regras seriam amplos, trazendo "reflexos à economia nacional como um todo". Além disso, salientam que há no momento uma vasta legislação que beneficia diversos setores **exportadores** e que esses estímulos não foram levados em conta quando ocorreu a aprovação do PLS 764/2011 na Comissão de Assuntos Econômicos.

No Plenário

"É preciso avaliar com mais segurança e cuidado os reflexos da matéria aprovada e seus impactos nas medidas já tomadas. Para tanto julgamos que a apreciação em Plenário é indispensável, para que os senhores senadores que não sejam membros da CAE possam tomar conhecimento dos efeitos nos seus respectivos estados", argumentam.

Em decorrência do recurso, agora será aberto prazo para emendas ao projeto perante a Mesa, que se prolongará pelo prazo correspondente a cinco sessões plenárias.

Em princípio, o período para emendas deve se estender até amanhã. Se registradas as emendas, o projeto deverá voltar às comissões anteriores, para que as sugestões sejam analisadas. O recurso, portanto, pode significar para o projeto ainda um longo curso no Senado.

Em uma emenda apresentada ao projeto, o senador Armando Monteiro afirma que, ao dobrar o limite de vendas para o **mercado** interno, o projeto "amplia uma distorção concorrencial sem nenhuma racionalidade tributária e sem nenhum efeito positivo na construção de bases sólidas de **desenvolvimento**".

A emenda do ex-presidente da CNI tem o apoio do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. "A redução do compromisso **exportador** descaracteriza a finalidade das ZPEs, qual seja, o aumento das **exportações** brasileiras", afirma Skaf em carta aos senadores.

Documento da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de **Exportações** (Abrazpe) aponta que as ZPEs diferem da **Zona Franca** de **Manaus** porque as empresas ali instaladas vendem no **mercado** interno sem pagar Imposto de Produtos Industrializados e com redução do Imposto de **Importação** incidente sobre os insumos **importados**.

"As empresas localizadas nas ZPEs pagam integralmente todos os impostos normalmente incidentes sobre as **importações** do País", aponta. E arremata: "Aplica-se às vendas no **mercado** interno exatamente o mesmo tratamento tributário utilizado nas **importações**, com uma notável diferença, que frequentemente escapa aos críticos menos avisados: enquanto nossas **importações** geram emprego e **desenvolvimento** lá fora, as ZPEs estarão criando emprego aqui dentro, para os brasileiros".



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO Apple recorre de decisão sobre nome 'iPhone' no Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO - A novela entre Gradiente e Apple sobre o uso do nome iPhone está longe de acabar.

O Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) publicou ontem a decisão já anunciada de que a Gradiente é a dona do uso exclusivo do nome aparelhos celulares no Brasil.

A Apple já recorreu da decisão no próprio instituto pedindo a anulação do registro sob o argumento de "caducidade.

De acordo com a Apple, a Gradiente não fez uso da marca em cinco anos. A Gradiente, que solicitou o registro em 2000 (ele foi concedido em janeiro de 2008), tem 60 dias para provar que usou o nome, caso contrário perderá o registro.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil reforça cerco a produto <u>importado</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Área de defesa comercial receberá mais servidores e contará com novas regras para agilizar proteção à indústria

País liderou os pedidos antidumping em 2012 e foi destaque em relatório da OMC sobre a aplicação de medidas

Gabriel Baldocchi

O cerco do governo aos produtos **importados** suspeitos de práticas desleais de competição, cada vez mais intenso no governo Dilma Rousseff, ganhará um reforço a partir do mês que vem.

Para agilizar a análise das reclamações crescentes da indústria nacional, a equipe do governo ganhará 90 investigadores de defesa comercial a partir de março. Eles se somarão aos 30 técnicos atuais.

O país já é líder na abertura de processos antidumping e foi apontado como um dos principais responsáveis pelo crescimento dos casos globais no último relatório da OMC (Organização Mundial do **Comércio**), de 2012.

Antidumping é o nome da medida de proteção a setores produtivos afetados quando um item chega a um país por um preço inferior ao valor normal praticado em seu **mercado** de origem.

Um exemplo de investigação recente é o caso dos talhares chineses. O valor normal encontrado par o produto era de US\$ 26,3 o quilo, mas, no Brasil, os chineses cobravam US\$ 6,6. Após reclamação da indústria nacional, o talher estrangeiro paga tarifa de US\$ 19,7 o quilo.

O aperto do governo não se restringe à chegada de servidores. Um novo marco regulatório de defesa comercial está praticamente pronto e deve ser publicado em breve.

A principal mudança é o encurtamento no prazo das etapas, para reduzir o período de investigação dos processos de 15 para dez meses.

Também passará a ser compulsória uma avaliação preliminar que, em caso positivo, permite que o setor afetado receba proteção provisória -com aplicação de sobrepreço- antes mesmo do encerramento do processo.

Usada em poucos casos hoje, essa avaliação preliminar deverá ser feita em até quatro meses, ante os nove atuais.

URGÊNCIA

"Uma medida de defesa, quando cabível, é urgente. A indústria está sendo prejudicada em razão de algo desleal e não convém que o prejuízo se agrave devido à demora", diz a secretária de **Comércio** Exterior, Tatiana Prazeres.

O novo marco esclarece um outro benefício, o direito retroativo, que, segundo a secretária, nunca chegou a ser usado, embora seja previsto de maneira genérica.

Como o instrumento prevê cobertura para três meses antes da concessão do direito provisório, deixa apenas um mês de todo o processo sem benefício algum.

Embora enfatize que o principal objetivo do reforço é a redução dos prazos, Prazeres admite uma provável elevação de abertura de processos como resultado da maior agilidade no trâmite.

Com quadro maior de servidores, diz, será possível dedicar mais tempo a outras tarefas, como a fiscalização de irregularidades no cumprimento das medidas.

Outra justificativa para o reforço é a complexidade dos casos. Em um processo, por exemplo, havia 1.650 partes interessadas e em outro eram mais de 30 mil páginas.

Os processos abrangem produtos que vão do alho a armações de óculos, passando por matéria-prima para a **produção** nacional.

Em 2012, o **Brasil** abriu 63 processos, o maior número da história, reflexo dos 105 pedidos entregues em 2011. Os setores siderúrgico e químico lideraram.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Passo a passo da investigação

EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS DE ANTIDUMPING NO **Brasil**



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO Balança já acumula saldo negativo de US\$ 4,7 bi no ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A balança comercial brasileira apresentou um déficit de US\$ 741 milhões nos primeiros dez dias de fevereiro, o que elevou o saldo negativo do ano para US\$ 4,776 bilhões. A média das **importações** avançou 11,3%, enquanto as **exportações** recuaram 12,2% na comparação com o resultado de fevereiro do ano passado.

A média diária das **importações** no início deste mês atingiu US\$ 956,5 milhões, puxada, principalmente, pela

compra de combustíveis e lubrificantes (65,2%), cereais e produtos de moagem (60,1%) e adubos e fertilizantes (54,5%).

Pelo lado das **exportações**, a média diária no período foi de US\$ 833 milhões. A venda de manufaturados teve a maior retração, de 15,2%, por causa do recuo no embarque de óleos combustíveis, aviões e suco de laranja congelado. /
Renata Veríssimo

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Sindicalistas e arrendatários de portos públicos convergem contra MP		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Francisco Góes e Fernanda Pires

Às vésperas da instalação da comissão mista do Congresso que vai analisar a Medida Provisória 595, que muda as regras nos portos, sindicalistas aumentam a pressão sobre o governo numa confluência de interesses com os arrendatários dos portos públicos e em confronto com os interesses dos terminais privados. A previsão é de que a comissão seja instalada em 20 de fevereiro, mesmo dia em que as principais entidades empresariais ligadas ao **comércio** exterior estarão reunidas, em Brasília, em busca de um acordo sobre a MP dos Portos, que recebeu o número recorde de 645 emendas.

Há pressão tanto no governo como entre empresários e trabalhadores para começar a debater a MP. A ordem do Planalto é aprovar o texto quase intacto, por isso o nome mais cotado para ser o relator da comissão é o do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). Mas partidos do bloco de apoio ao governo, notadamente o PSB e alguns expoentes do PT, trabalham para emplacar na relatoria o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A interpretação é que o cargo tem de ficar com o partido da Secretaria de Portos, comandada pelo PSB.

Hoje representantes de centrais sindicais e dos trabalhadores portuários esperam reunir-se com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para discutir as mudanças na Medida Provisória 595. Descontentes com o texto, os portuários ameaçam com manifestações e paralisações e até com uma greve, que poderia ocorrer a partir de março, disse ontem o presidente da Força Sindical, o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP). Paulinho, como é conhecido, apresentou 39 emendas.

O sindicalista afirmou que a ministra não estaria disposta a receber representantes de centrais e de sindicatos, só de federações. "Nós vamos lá e se ela [a ministra] não nos receber, vamos definir a greve na frente do Palácio [do Planalto]", ameaçou Paulinho. A Casa Civil informou que quem solicitou a audiência foi a deputada estadual Telma de Souza (PT-SP). A parlamentar teria informado à Casa Civil que levaria com ela representantes dos portuários.

A audiência foi solicitada por Telma depois de participar da primeira reunião dos sindicatos dos trabalhadores portuários avulsos, no início de janeiro. Na ocasião, sindicalistas e dezenas de trabalhadores expuseram as preocupações das categorias após a edição da MP. "A ideia é mostrar as preocupações do setor para a ministra Gleisi Hoffmann para, a partir daí, o governo planejar os próximos passos a serem adotados em relação à MP 595", destacou Telma, em nota.

A questão da mão de obra tornou-se um dos pontos sensíveis da MP por força da pressão dos sindicatos dos portuários. No lançamento do pacote de portos, em 6 de dezembro, a presidente Dilma disse que os direitos dos trabalhadores estavam garantidos. Essa mensagem, de que a MP não vai mexer nos direitos dos trabalhadores portuários, deverá ser reforçada hoje na reunião entre a ministra Gleisi e os portuários. Na prática, o texto da MP referente à mão de obra praticamente repete a Lei dos Portos, que foi revogada. Mas a MP desobriga os terminais privados de contratarem o órgão gestor de mão de obra (Ogmo), responsável pela administração da mão de obra portuária avulsa, para suas operações.

Os trabalhadores entendem que isso servirá como mais um estímulo à proliferação de terminais privados, esvaziando o porto público - este sim obrigado a usar o Ogmo -, o que tende a gerar desemprego. Na véspera do carnaval, a Confederação de Agricultura e Pecuária do **Brasil** (CNA) divulgou nota, assinada pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da entidade, em defesa da proposta. A nota criticou, sem citar os sindicalistas, grupos de pressão contrários às novas regras. "A MP está sendo ameaçada por um segmento que defende privilégios em prejuízo dos interesses da sociedade brasileira e do **desenvolvimento** da Nação."

O descontentamento com a medida provisória vai além dos trabalhadores e une segmentos do empresariado e até parlamentares da base aliada. "O ministro demonstrou boa vontade em abrir negociação. Se não conseguirmos derrubar a MP, teremos de negociar e ele é **importante** nisso", afirmou o deputado Márcio França (PSB-SP), vice-líder do partido na Câmara. Esse bloco capitaneado pelo PSB tem como

estratégia negociar com o governo uma lista de emendas prioritárias ou trabalhar para caducar a MP. O prazo de votação é até 17 de março.

A estratégia de negociar com o governo a aprovação de algumas emendas fortalece o ministro dos Portos, Leônidas Cristino, que ficou desgastado após a publicação da MP. Quando assumiu a Secretaria de Portos, em 2011, Cristino disse ao Valor que o governo não estudava mudanças no marco regulatório.

Entre as entidades empresariais, que em muitos casos têm interesses divergentes, o objetivo é produzir algum consenso que possa ser encaminhado como sugestão ao relator da MP, que vai ser definido na próxima semana. Sérgio Salomão, presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec), disse que o governo pediu um esforço para que o setor privado chegue a um entendimento em torno da MP. Oito entidades vão se reunir no dia 20. São elas Ação Empresarial, Instituto Aço Brasil, Abratec, ABTP, CNA, CNI, Fenop e Abdib.

Salomão disse que o objetivo seria propor um substitutivo ao texto original da MP 595, mas fonte próxima da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) negou que isso vá ocorrer. "Não faz sentido em falar em substitutivo, o que é preciso são alguns ajustes [no texto]", disse a fonte. "A MP representa um avanço e, se conseguirmos apresentar pontos de melhoria, em consenso, assim o faremos", disse Nelson Carlini, presidente do conselho de administração da Logística **Brasil** (Logz), investidora em portos.

A Abdib disse, via assessoria, que apoia o conteúdo da MP dos Portos. Para a Abdib, aperfeiçoamentos sempre são possíveis, desde que não alterem a essência da medida provisória.

Empresários e trabalhadores concordam ainda que existem vários pontos negativos na MP. Um ponto de consenso entre eles é que o texto enfraquece o setor ao estabelecer incentivos ao porto privado sem compensações ao porto público, modelo predominante na costa brasileira.

Em Santos, o maior porto público do país, a discussão ganhou contornos dramáticos. A expectativa é que, aprovada

como está, a MP esvazie o complexo, responsável por escoar 25% da balança comercial. Isso porque a MP permite a instalação de terminais privados fora do porto organizado sem estabelecer uma distância mínima. Como bem ao lado do porto de Santos existe uma fronteira de áreas inexploradas e que não pertencem ao porto organizado, o temor é que a MP estimule a autorização de terminais privados ali, promovendo a fuga de cargas do porto organizado, que, com condições menos vantajosas, tenderia ao sucateamento. "O porto de Santos desaparecerá", disse Mário Teixeira, presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores (Fenccovib) em recente evento em Santos que debateu a MP.

Conclusão parecida teve o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Mauro Salgado, no mesmo evento. Na semana passada, os trabalhadores portuários pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a indicação do senador Valadares para a relatoria. A categoria ameaça entrar em greve se não houver espaço para negociação. Há assembleias marcadas para os dias 19, 20 e 21 deste mês. "A presidente foi levada ao erro. Se o relator não for o Valadares significa que o governo quer enfrentamento", disse o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, Rodnei Oliveira da Silva.

Um dos pais da Lei dos Portos, de 1993, que foi revogada pela MP, o empresário Jorge Gerdau esteve reunido com a presidente Dilma antes do Carnaval. Ele chegou a participar de reuniões que antecederam a edição da MP, mas não da confecção do texto final, elaborado por técnicos sem vivência na área de portos. Gerdau manifestou a insatisfação com pontos da MP, como a não adaptação dos contratos pré-1993. A presidente teria dito a ele que apresentasse um substitutivo.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Em petição, Apple quer tirar marca iPhone da Gradiente		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Americana alega que brasileira ficou sem usar o nome por cinco anos

Rennan Setti rennan.setti@oglobo.com.br

No dia em que teve formalmente negados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) seus pedidos de propriedade da marca iPhone em dispositivos móveis e serviços de telecomunicação no Brasil, a Apple contra-atacou: solicitou a extinção do direito da Gradiente ao uso exclusivo do nome em celulares. O movimento mostra que as duas estão longe de entrar em um acordo sobre a utilização da marca no país.

Em petição publicada ontem na Revista de Propriedade Intelectual (RPI) - espécie de Diário Oficial de patentes e marcas -, a companhia de Cupertino alegou que a IGB Eletrônica, dona da Gradiente, não usou o termo iPhone em seus produtos por cinco anos, desde que conquistou o registro.

De acordo com o artigo 143 da Lei de Propriedade Industrial, a marca caduca se não for utilizada nesse prazo.

A IGB Eletrônica obteve o direito exclusivo sobre telefones com o termo "iphone" no nome em janeiro de 2008, tendo entrado com o pedido em 2000, sete anos antes de o iPhone da Apple surgir. Em dezembro do ano passado, a Gradiente começou a vender uma linha de smartphone chamada "gradiente iphone" - portanto, semanas antes de completar cinco anos desde que a marca fora concedida.

Para a Apple, porém, o smartphone da Gradiente não representa "uso genuíno ou de boa fé da marca registrada", como escreveram na petição os advogados do escritório Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira, que defende a Apple: "A suplicante acredita que o suposto 'uso' iniciado pela suplicada em 18 de dezembro de 2012, às vésperas do prazo para o início do uso desse sinal no **comércio**, não pode ser considerado genuíno ou legítimo para os fins de evitar a caducidade da marca por falta de uso."

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Insegurança jurídica no ICMS de importados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Advogada tributarista, diretora do Instituto de Governança Tributária e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

» ISABEL VIEIRA

Bacharel em direito, pós-graduanda em gestão tributária e assistente jurídica do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

Com a finalidade de acabar com a guerra dos portos, foi publicada em 26 de abril de 2012 a Resolução nº 13 do Senado Federal, que unificou a alíquota interestadual do **ICMS** em 4% para operações com produtos **importados** e com aqueles que, passando por processos de industrialização, mantêm mais de 40% de seus componentes **importados**. A intenção da regulamentação não foi reduzir as despesas com tal tributo, como pode parecer, mas sim evitar a perda de receita por parte do estado destinatário do produto.

Com a regulamentação da nova alíquota e o fim dos benefícios fiscais, as empresas deverão prestar informações referentes às operações de **importação** ao Fisco, por meio da Ficha de Conteúdo de **Importação** (FCI), além de discriminá-las na nota fiscal. A resolução passou a vigorar em 1º de janeiro de 2013, mas o Fisco poderá fiscalizar e lançar o tributo relativo a fatos ocorridos a partir deste ano até 2018 ou, eventualmente, 2019.

Contudo, essa normatização evidencia diversas falhas, como a violação ao sigilo fiscal, a incompetência do Senado Federal para criar normas de direito e **comércio** internacional e também fere os princípios da isonomia tributária e da unidade geográfica.

Alguns estados ainda não regulamentaram a sua aplicação, o que aumenta a insegurança jurídica das empresas. É **importante** que elas estejam preparadas para cumprir as obrigações tributárias exigidas, para evitar possíveis autuações durante os próximos cinco ou, em alguns casos, seis anos.

São várias as situações que podem suscitar dúvidas aos contribuintes quanto à alíquota unificada do **ICMS**: a Resolução nº 13 será aplicada mesmo quando não for possível concluir o percentual exato de insumo **importado**? Empresas

que têm produtos com menos de 40% de insumos **importados** serão obrigadas a entregar a FCI? Como devem proceder aquelas cujos produtos possuem componentes integralmente **importados**? A alíquota de 4% será aplicada apenas na primeira operação interestadual de saída da **mercadoria importada** ou nas subsequentes? Quais os reflexos para as **mercadorias** sujeitas ao regime da substituição tributária? Certamente, muitos outros questionamentos surgirão a partir da efetiva aplicação das normas.

Para se adequar ao processo, as empresas deverão calcular o montante de insumo **importado** na composição de cada produto; verificar junto à Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) a existência ou não de produto similar no país, para a aplicação da nova alíquota; discriminar os dados relativos à industrialização e **importação** em nota fiscal, além de promover adequação do seu sistema para o preenchimento e entrega da FCI. A adaptação às novas práticas poderá representar transtornos organizacionais e aumentar o custo da atividade empresarial, decorrentes da necessidade de criar uma estrutura para o cumprimento da resolução e de sua regulamentação.

No entanto, a prática pode revelar-se prejudicial, na medida que, ao informar dados sigilosos industriais e fiscais na nota fiscal, a empresa estará expondo informações, como os custos de fornecedores e os lucros obtidos. Além disso, mesmo com o fim dos benefícios fiscais e a aplicação de alíquotas menores em determinados estados, poderá haver aumento no custo final da atividade, desleal competição financeira entre as unidades federativas remetentes e as destinatárias do produto e até mesmo resultado negativo ao erário.

O tema ainda é muito recente, mas gerará uma série de dúvidas e intensos debates. Neste momento, é **importante** que as empresas busquem atender a todas as normas, se necessário recorrendo à assessoria de especialistas que possam dirimir qualquer dúvida a respeito e fornecer respaldo técnico para a boa governança de suas atividades, inclusive para subsidiar pleitos junto ao poder público.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), entidade que há 20 anos atua de forma a esclarecer a sociedade sobre as questões tributárias, certamente

contribuirá por meio de estudos e pareceres para divulgar

essa prática de grande impacto às empresas brasileiras.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO Dispensada de licenciamento <u>importação</u> de empresa de ZPE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Luci Ribeiro

Importações de empresa autorizada a operar em Zonas de Processamento de **Exportação** (ZPE) estão dispensadas de licenciamento e os **importadores** devem somente providenciar o registro da Declaração de **Importação** (DI) no Siscomex. Não estão isentas do procedimento, no entanto, as companhias com exigência de licenciamento em virtude de controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente.

A decisão consta da Portaria Nº 4 da Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex), do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**),

publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União (DOU).

Entre outros pontos, a Secex determina que essas **importações** deverão ser registradas no módulo de Licenciamento de **Importação** do Siscomex antes do início do despacho aduaneiro. A portaria desta quarta-feira altera artigos da portaria 23, de 14 de julho de 2011. Um outro ponto modificado diz respeito à **importação** de **mercadorias** usadas.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Novas medidas trazem 'risco protecionista', dizem analistas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

DE SÃO PAULO

Especialistas do setor alertam para os riscos de o novo reforço contribuir para as acusações internacionais de uma escalada protecionista no Brasil e acabar pesando contra o setor produtivo nacional e os consumidores.

Brasil reforça cerco a produto importado Análise: Atritos comerciais ganharam espaço após o início da crise mundial

As críticas sobre protecionismo do governo ganharam força após medidas como a elevação dos impostos para carros importados em 2011 e para outros cem produtos no ano passado.

"Esse processo [reforço na área] não pode levar a uma exacerbação do protecionismo brasileiro", afirma o coordenador do curso de Relações Internacionais da Faap, Marcus Vinicius de Freitas.

Segundo ele, o resultado pode ser um atraso tecnológico e de custos ao país.

Para José Luiz Rossi, professor do Insper, a iniciativa sinaliza um incentivo à indústria para buscar os recursos.

As medidas antidumping, diz, acabam encarecendo insumos usados na produção nacional."Esse tipo de política piora a produtividade da indústria e vai ter efeitos nocivos no crescimento no médio e no longo prazo", afirma.

O governo rebate as críticas ao destacar os critérios rígidos na avaliação dos pedidos antes da abertura de um processo.

"A aplicação de medidas está prevista na OMC e não é considerada algo protecionista. Temos muita tranquilidade", afirma a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres.

	VEÍCULO INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO		EDITORIA
	TÍTULO STF admite <u>FIEAM</u> na ação contra <u>Zona Franca</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A ministra Rosa Weber, relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo governo de São Paulo contra os benefícios fiscais na **Zona Franca** de **Manaus**, acatou o pedido da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (FIEAM)** para ingressar no processo na condição de amicus curiae (amigo da Corte)

Fonte: Portal Vermelho

Com isso, a entidade poderá fornecer informações para auxiliar os ministros do STF na apreciação do tema, e até mesmo proferir sustentação oral no dia do julgamento.

Ajuizada em agosto de 2012, a ação questiona a lei estadual e o decreto estadual que instituíram benefícios fiscais no Imposto Sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) denominados “crédito estímulo” e “corredor de **importação**” a produtos fabricados na **Zona Franca** de **Manaus**.

Segundo a ação, os benefícios fiscais foram concedidos sem considerar o disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar 24/75, que, combinados, exigem a realização de convênio para a criação desse tipo de incentivo. E que os benefícios não foram autorizados pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz), órgão que possui representação de

todos os Estados brasileiros e seus respectivos secretários da Fazenda.

Na petição em que pediu ingresso como parte interessada na ação, a Federação sustenta que “a discussão travada na ação é da maior importância para todas as indústrias instaladas há décadas no Polo Industrial de **Manaus**, bem como para o Estado do **Amazonas** e principalmente para os 155 mil empregos diretos e mais de 500 mil indiretos”.

Ao autorizar o ingresso da Federação, a ministra Rosa Weber esclareceu que a figura do “amicus curiae” surgiu com o objetivo de enriquecer o debate jurídico-constitucional, “mediante o aporte de novos argumentos, pontos de vista, possibilidades interpretativas e informações fáticas e técnicas”.

A ministra-relatora considerou que a Federação tem “expressiva representatividade frente ao tema discutido nos autos, visto ser a entidade representativa das indústrias sediadas no referido Estado”.